

ESTHER DE CASTRO FRANOLLI
MARIA MADALENA MARTINS

A DICOTOMIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no Curso de Pós-Graduação a nível de Especialização em Educação Especial do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA
1991

ORIENTADORA:

- . SÔNIA MARIA GUARIZA DE ASSUMPÇÃO MIRANDA
Mestre em Educação - Área de Concentração - Currículo
Especialista em Educação Especial - Deficiência Mental
Professora Assistente do Departamento de Planejamento
e Administração Escolar do Setor de Educação da UFPR

AGRADECIMENTOS

À Deus pela luz, fortaleza, amparo que destes as nossas almas, iluminando nossos passos para mais um triunfo de sabedoria.

Aos queridos:

- . Esther de Moraes de Castro e Placido de Castro (*in memorian*), "que me oportunizaram nascer para cumprir uma missão, que alicerçaram as conquistas alcançadas hoje e ensinaram-me a escrever com luz e amor a história da vida".
- . Ao meu esposo Ezio, filhos Fernanda, André Luiz e Ezio Junior, pela compreensão, incentivo e paciência com que acompanharam a mais uma jornada.

À minha mãe Maria Martins, que me ensinou a amar as coisas simples da vida.

Ao meu pai Francisco Martins, que me ensinou a procurar a essência da vida na simplicidade das coisas (*in memorian*).

À minha irmã Marta, que sempre esteve presente nas conquistas e fracassos.

Ao meu esposo Olavo, que sempre incentivou minhas paixões pela vida.

Ao Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da Universidade por possibilitar a realização desta pesquisa.

A professora Sônia Maria Guariza de Assumpção Miranda, pela Orientação segura e precisa, pela disponibilidade e acompanhamento contínuo, pelo incentivo e contribuições valiosas.

Aos deficientes que carinhosamente estimularam a nos aprofundarmos na pesquisa para podermos conhecê-los melhor.

Aos mestres do Curso de Educação Especial que transmitiram toda uma bagagem de conhecimentos.

À colega Professora Rosana Maria de Campos Wahrhaftig, pelo constante interesse e incentivo.

Aos colegas do curso pela amizade.

À datilógrafa Leocilêa.

E a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão do presente trabalho.

As autoras.

S U M Á R I O

1	<u>INTRODUÇÃO</u>	1
1.1	PROBLEMA	2
1.2	OBJETIVOS DO ESTUDO	3
1.3	JUSTIFICATIVA	4
1.4	DELIMITAÇÃO DO TEMA	4
2	<u>SUPORTE TEÓRICO</u>	6
2.1	DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL	6
2.2	EDUCAÇÃO NO BRASIL	7
2.3	PANORAMA GERAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	9
2.3.1	A Educação Especial no Brasil	9
2.3.2	Educação Especial e sua Função Social	11
3	<u>REPENSANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL</u>	14
3.1	TEORIA x PRÁTICA NO ENSINO	14
3.2	CONCEITUAÇÃO DE IDEOLOGIA	20
3.3	EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE IDEOLOGIA	22
3.4	IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO	23
3.5	A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DA DICOTOMIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	25
4	<u>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</u>	29
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	31

1 INTRODUÇÃO

Os inúmeros problemas que a educação brasileira enfrenta atualmente, refletem a história de nossa formação teórica e prática, e têm dificultado o desenvolvimento de uma relação harmoniosa entre educador e educando, gerando insegurança e até mesmo ansiedade em ambos; esses sentimentos na maioria das vezes, provocam prejuízo no processo de aprendizagem. Na visão de WITHALL e LEWIS (1971) ao ingressar no meio escolar o indivíduo se depara com novas situações sociais, num contexto mais amplo e complexo, e a qualidade dessas experiências são incorporadas por ele e terá um grande peso sobre sua formação.¹

Para os autores deste trabalho, um bom relacionamento entre educador e educando é fundamental, para despertar motivação e interesse pelas experiências educacionais, assim como também para propiciar o desenvolvimento do indivíduo como pessoa e sua inserção na sociedade; esse relacionamento é importante, ainda, para promover possibilidades de sucesso ao educando, de acordo com o que lhes permitam suas condições pessoais.

Percebe-se que o indivíduo excepcional mais do que qualquer outro indivíduo, ao ir para a escola, sai das limitações do círculo familiar, onde as relações entre seus membros se dão de forma muito íntima e peculiar a cada grupo; a forma como

a escola concebe o processo educacional poderá oferecer condições para que o educando, além de se auto conhecer, possa aceitar e se expressar, isto é, possa realizar suas potencialidades, além de permitir participação na sociedade em que vive.

1.1 PROBLEMA

Nas observações realizadas pelas autores deste trabalho durante o Estágio Supervisionado em Educação Especial, e instituições especializadas, em Curitiba no ano de 1991, através de situações formais e informais como: entrevistas, passeios, comemorações festivas, atividades extra-classe, recreios, etc... somadas às atividades em sala de aula, notou-se que algumas escolas especiais se preocupam demasiadamente com a transmissão de conteúdos que julgam prioritários, sem avaliar entretanto, se estes conteúdos encontram em consonância com uma prática que vise a inserção do indivíduo na sociedade.

As experiências de vida, as necessidades dos indivíduos, são colocadas de lado. Esse assunto será abordado, pelo presente estudo, com mais profundidade, no segundo capítulo, no item referente à Educação Especial e sua função social.

Entende-se que ao desconsiderar esses aspectos, a escola deixa de dar condições para que se realize o pleno desenvolvimento do educando. Desta forma, a escola não só deixa de promover o que por diploma legal lhe compete, conforme Artigo 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o

como também incorre no erro de permitir que se desenvolvam no seu interior, situações totalmente inadequadas e até mesmo prejudiciais à formação do indivíduo, como será analisado por esse estudo no terceiro capítulo no item referente Teoria x Prática do Ensino.

Assim, sendo o problema do presente estudo apoia-se nas considerações acima, direcionando-se na intenção de analisar os seguintes aspectos:

- a dicotomia entre a teoria e prática no ensino especial como fator complicador do currículo;
- a inadequação do ensino especial à realidade do educando, determinada pelo desconhecimento dos aspectos teóricos e ideológicos que equacionem as práticas educacionais.

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente estudo tem como objetivos:

- caracterizar a dicotomia entre a teoria e a prática na Educação Especial, a partir da contextualização da mesma na sociedade brasileira;
- levantar reflexões sobre as implicações da dicotomia entre a teoria e a prática no desenvolvimento do indivíduo excepcional enquanto sujeito da Educação Especial;
- repensar a Educação Especial na sociedade brasileira a partir da análise de dimensão ideológica da dicotomia entre a teoria e a prática nesta área de educação.

1.3 JUSTIFICATIVA

Percebendo que muitos educadores das escolas especiais sentem dificuldade em associar teoria e prática e que os mesmos não estimulam os educandos a exercitar suas potencialidades, as autoras deste estudo, sentiram-se motivadas a pesquisar sobre tais fenômenos.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Ainda que as reflexões a serem levantadas por este estudo possam ser aplicáveis a outras áreas de educação, as autoras delimitaram-se a analisar a dicotomia entre teoria e prática na Educação Especial, por ser esta a área de interesse profissional das mesmas, e ainda pela percepção de que pouco ou quase nada existe na literatura específica a esse respeito.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹LÜCK, Heloisa ; CARNEIRO, Dorothy Gomes. A problemática do relacionamento interpessoal do educando. Curitiba : Secretaria de Estado de Educação, 1982. p. 10.

²CONSTITUIÇÃO: República Federativa do Brasil. Brasília : Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Cap. III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - Art. 205. p. 137.

2 SUPORTE TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

A tarefa educacional tem se manifestado como uma tarefa contraditória, ora servindo às classes hegemônicas como instrumento de reprodução ideológica de sua concepção de mundo e de defesa dos seus interesses, ora servindo como forma integradora do processo de resistência a essa denominação e da sua superação, contribuindo para uma prática social transformadora.

Vários autores como GRAMSCI, ALTHUSSER, Marilena CHAUÍ e Neidson RODRIGUES tem desenvolvido competentes estudos nesta direção, com os quais esse estudo se solidariza. Daí, a necessidade de se fazer um resgate histórico do caminho percorrido pela educação, pois, "a educação nada mais é do que a reflexão das exigências que a sociedade na sua organização, faz à escola".¹

Segundo Demerval SAVIANI, na antiguidade grega, a filosofia da essência e a pedagogia que decorria desta filosofia, não implicavam em problemas políticos muito sérios, pois o ser humano era identificado com o homem livre, conseqüentemente a essência humana era realizada nos homens livres. Durante a idade média essa concepção recebeu uma inovação, os homens passam a existir, segundo uma essência pré-determinada, a diferença entre os homens passa a ser justificada através da

essência humana. Para SAVIANI, a ruptura do modo de produção feudal leva a burguesia, classe em ascensão, a advogar a filosofia da essência, como suporte para a defesa da igualdade dos homens como um todo. Sobre essa base que vai postular a reforma da sociedade. Assim que a burguesia torna-se classe dominante vai, em meados do século passado, estruturar os sistemas nacionais de ensino e advogar a escolarização para todos. A escola passa a ser condição básica para a consolidação da ordem democrática. A partir daí, a educação ganha importância promotora de igualdade social e se articula com o projeto político de uma sociedade mais justa e igualitária. A influência do pensamento pragmático americano faz com que ocorra uma diversificação nessa matriz ideológica, na medida em que avança o desenvolvimento das sociedades capitalistas, a ascensão social, passa a ser atribuída e associada à acumulação de capital e poupança, e cada vez mais se dá ênfase à preparação individual do educando. Para SAVIANI, com o decorrer do tempo, os interesses da burguesia entram em choque com a participação da massa, então a psicologia da existência, que considera que os homens são essencialmente diferentes e que ao mesmo tempo essas diferenças devem ser respeitadas, passa a ser a nova proposta apresentada à sociedade.

Nessa fase a tônica no individualismo é reforçada pela incorporação cada vez mais sofisticada pelas descobertas da psicologia, que na sua versão, leva a um reducionismo da educação ao psicológico.²

2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL

Conforme estudos apresentados por Manfredo BERGER e SAVIANI, o ideário pedagógico brasileiro teve sua origem

no pensamento liberal.

No Brasil, as classes dominantes sempre conduziram as decisões por meio de aliança e se viram obrigadas a promover algumas políticas sociais, destinadas a garantir sua hegemonia.

No que tange à educação, a escola passou a ser utilizada como pano de fundo, e foi apresentada pela burguesia à sociedade civil como promotora de igualdade social, na medida em que garante à todas as pessoas as mesmas oportunidades de ascensão social.

De acordo com esse princípio, a posição que cada um ocupa na sociedade em que está inserido, depende de suas características e dons pessoais, e não das condições objetivas de vida decorrentes do fato de pertencerem essa ou aquela classe social.

Esse é o mito liberal, que tem que ser desmontado.

Para LEVIN, a educação exerce um duplo papel, ela tanto pode ser vista como um potencial de oportunidades para o desenvolvimento humano, aprendizagem e sucesso econômico, ou por outro lado ela pode retardar o desenvolvimento humano e limitar as oportunidades. Enfim, ela pode reforçar as desigualdades sociais.³

Nas últimas décadas, o país cresceu economicamente e diversificou-se socialmente. O crescimento da oferta na educação, insere-se no contexto de uma sociedade que cresceu e vem passando por um processo acelerado de urbanização e modernização, no entanto, a seletividade e a ênfase ao individualismo continuaram existindo dentro da escola.

2.3 PANORAMA GERAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No que se refere às pessoas deficientes as coisas não foram diferentes, pois, as pessoas deficientes chegaram a ser consideradas como castigo divino, seres causadores de repulsa e até mesmo bruxos.

Nas cidades gregas, essas pessoas eram eliminadas e na era de Platão, os indivíduos excepcionais ficavam encarcerados para que não fossem vistos. Em muitas outras sociedades eram mortos, degolados e os recém-nascidos asfixiados para que os mesmos não pudessem gerar possíveis herdeiros das síndromes.

Também na Idade Média, os deficientes foram considerados loucos, criminosos ou seres dominados pelo demônio.

A partir do Renascimento, inicia-se uma mudança de postura quanto ao entendimento desses indivíduos. E no século XIX há um grande avanço nessa área, isto é, realiza-se a primeira tentativa de uma experiência educacional em relação a essas pessoas, surge então o termo "deficiente".

As primeiras instituições e classes especiais aparecem no século XX, e junto com elas nasce a preocupação dos especialistas em aprofundar o conhecimento sobre tais problemas, inicia-se um processo de valorização do ser humano deficiente.

2.3.1 A Educação Especial no Brasil

A educação especial no Brasil surgiu institucionalmente, de maneira retraída, tendo como suporte teórico, as idéias liberais do final do século XVIII e início do século XIX. As

idéias liberais já provinham de movimentos da Inconfidência Mineira, as quais amadureceram através das reuniões entre vários indivíduos representantes de profissões diversas.

As aspirações educacionais eram então discutidas na Assembléia Constituinte.

A Constituição de 1824, a primeira do Brasil previa que a "Instrução primária seria gratuita a todos" e o Decreto-lei de 15 de outubro de 1827 estende-se até 1946, com o surgimento da Lei Orgânica do Ensino Primário.

Nessa época, o indivíduo deficiente encontrava pouquíssimo apoio na sociedade em que se inseria. O deficiente era privado do direito político, pois, era considerado incapacitado físico ou moral.

Na deficiência mental duas instituições surgiram até o fim do Império: uma especializada junto ao Hospital Júlio Moreira (Salvador-BA-1874), outra de ensino regular Ensino México (Rio de Janeiro, 1887).

Essas instituições atendiam deficientes mentais considerados como portadores de anomalias graves e os profissionais da medicina foram os pioneiros em levantar problemas pedagógicos.

Na mesma época apareceu o Asilo São João de Deus para alienados.

Na época do Brasil Império, houve um grande silêncio em torno da deficiência, pois, os Deficientes Mentais eram confinados nas instituições e considerados indivíduos portadores de comportamento altamente divergente.

Mais tarde, os estudiosos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, começaram a organizar escolas para deficientes mentais, onde médicos, psicólogos, pedagogos procuravam um

campo de reflexão à procura de um espaço efetivo para a concretização de sua ação pedagógica.

Com a criação do Serviço de Higiene e Saúde Pública, deu-se a origem à inspeção médica-escolar o que foi responsável pela criação das classes especiais e a formação de pessoal capacitado para o atendimento com deficientes mentais.

Na época, a preocupação médica-pedagógica era com a segregação social do deficiente, porém, com esperança de não limitar esse auxílio a nível médico, iniciou-se tratamentos mais didáticos.

Finalmente, na última parte do século XX, observa-se um movimento que tende a aceitar as pessoas deficientes e a integrá-las, tanto quanto possível, na sociedade.

A atual geração de educadores especiais, deve muito a esses grupos inovadores e criativos, forças dinâmicas em ação na pesquisa de novas descobertas na área de especialização, em prol da deficiência mental, que deverão modificar e melhorar o retrato atual das forças atuantes.⁴

2.3.2 Educação Especial e sua Função Social

Segundo MAZZOTA, a Escola Especial ou escola de educação especial é aquela organizada, para atender exclusivamente alunos classificados como excepcionais. Algumas escolas especiais são instaladas para atender apenas alunos de determinado tipo de excepcionalidade, isto é, alunos deficientes mentais, ou alunos de deficientes auditivos, ou deficientes visuais, etc. Outras escolas especiais destinam-se ao atendimento de alunos com diferentes tipos de excepcionalidade. A educação especial

tem por finalidade básica, proporcionar às pessoas portadoras de excepcionalidades, condições que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades, visando a sua auto-realização, aprendizagem, integração social e independência. Para MAZZOTA a educação especial, tem de lançar mão de recursos metodológicos da educação em geral e buscar suas fontes de apoio nos recursos da pessoa, por mais escassos que sejam, mediante a consideração de suas necessidades. Desta forma não é possível a compreensão da educação da pessoa com deficiência, através de contextos diferentes dos da educação de qualquer ser humano. Se, se tem em vista que a educação se justifica pelas características essenciais do ser humano, pela sua possibilidade de promover o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas esferas, psicológica, social, afetiva, etc; entende-se que as suas condições fundamentais são as mesmas para todo homem, embora seus meios sejam diversos.⁵

As colocações acima faz com que se possa afirmar que a forma como a escola concebe a educação, é que vai determinar o grau de desenvolvimento das potencialidades do deficiente como pessoa.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. 6.ed. São Paulo : Cortez, 1987. p. 82.

²SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. São Paulo : Cortez, 1985. p. 62-82.

³LEVIN, Henry M. Educação e desigualdade no Brasil: uma visão geral. Petrópolis : Vozes, 1984. p. 25.

⁴KIRK, Samuel A. ; GALLACHER, James J. Educação da criança excepcional. São Paulo : Martins Fontes, 1987. p. 5-8; 120-172.

⁵MAZZOTA, Marcos José da Silveira. Fundamentos da educação especial. São Paulo : Pioneira, 1980. p. 15-25.

3 REPENSANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 TEORIA x PRÁTICA NO ENSINO

Segundo Neidson RODRIGUES, a ação educativa deve ser um processo consciente. É preciso buscar-se uma prática pedagógica, que tenha como ponto de partida, a experiência de vida do educando, pois, é ela que revela o que ele vive e necessita. Ao não considerar essa experiência de vida concreta, a prática pedagógica torna-se forma sem conteúdo, ou seja, sem significado.

Para que haja renovação desta prática, os educadores não podem se prender apenas à reformulação de técnicas de ensino, mas, sim assumir uma postura histórica e científica.¹

É necessário que se conheça os fatos e idéias relacionadas com educação em cada época histórica, e se investigue principalmente aspectos: "de ordem econômica, política e social do país, em cujo seio se desenvolve o fenômeno educativo, que se quer compreender, uma vez que é esse processo de investigação que fará emergir a problemática educacional concreta".²

Deve-se à partir daí, desenvolver uma nova visão de ensino, pois, se os educadores possuírem clareza de dimensão da tarefa educativa, poderão esclarecer à sociedade na compreensão do lugar que deve ser reservado à educação escolar. Caso

contrário,

a escola continuará a ser vista pela sociedade, como um local onde se pratica assistência social ou como inutilidade consumidora de recursos públicos, pois, são poucos os que ainda veem nela o lugar onde se desenrola o drama de milhões de crianças que procuram, um espaço escolar os instrumentos indispensáveis para o desafio de sua existência.³

Entende-se que a escola precisa ser um local de batalha, onde a inoperância, o imobilismo, a reprodução da dominação, sejam combatidas.

É necessário que o espaço escolar seja essencialmente criativo, capaz de produzir uma nova realidade histórica, onde os educandos sejam preparados para a vida em sociedade, é preciso desenvolver no educando a capacidade de agir, aderindo, transformando e participando das mudanças da sociedade.

Segundo RODRIGUES, para que a escola possa cumprir o seu papel com eficiência, é preciso considerar as diversas instâncias e papéis desenvolvendo no seu interior:

- a) considerar fundamental a relação educando-educador, uma vez que é a primeira a existir no âmbito da atividade escolar e a que determina as demais relações;
- b) reconhecer que a escola deve ser detentora da direção moral e intelectual do processo educativo;
- c) respeitar a transmissão do conteúdo, que deve ter direção, condução e proposta;
- d) elaborar um projeto educacional que vise estabelecer uma articulação orgânica em função dos objeti-

vos comuns dirigidos a uma clientela específica e com especificidades particulares;

e) considerar condição básica, a questão competência intelectual e técnica dos educadores.

A escola deve enfrentar esses desafios e buscar um novo encaminhamento na definição de sua real função: "é preciso que se comece a pensar educação, numa visão de conjunto, isto é, deve-se ter uma visão histórica da mesma".⁴

Só assim é possível fazer confrontar os valores que orientaram educadores de outras épocas, com os valores atuais da educação.

Pois o que se vê, nas escolas é que alguns educadores continuam priorizando valores já ultrapassados, sem nenhum respaldo teórico para desempenhar sua prática educativa, recebendo os conteúdos prontos, estranhos e distantes da realidade dos educandos.

A metodologia empregada pelas escolas, determina que os conteúdos sejam apresentados numa linguagem que os alunos não entendem, como algo morto, estático, que resulta numa aceitação passiva.

Nesses métodos, os educandos apenas ouvem, copiam e repetem. Os mesmos dificultam a convivência social, promovendo a competição e o individualismo.

Desta forma a escola deixa de realizar a verdadeira atividade educativa, aquela em que os educandos sentem-se sujeitos da própria educação, aprendem a redescobrir e a reconstruir a realidade do mundo em que vivem.

Em se tratando do ensino especial, a dicotomia existente entre teoria e prática, é uma das grandes responsáveis pela maioria dos problemas enfrentados hoje pelas escolas.

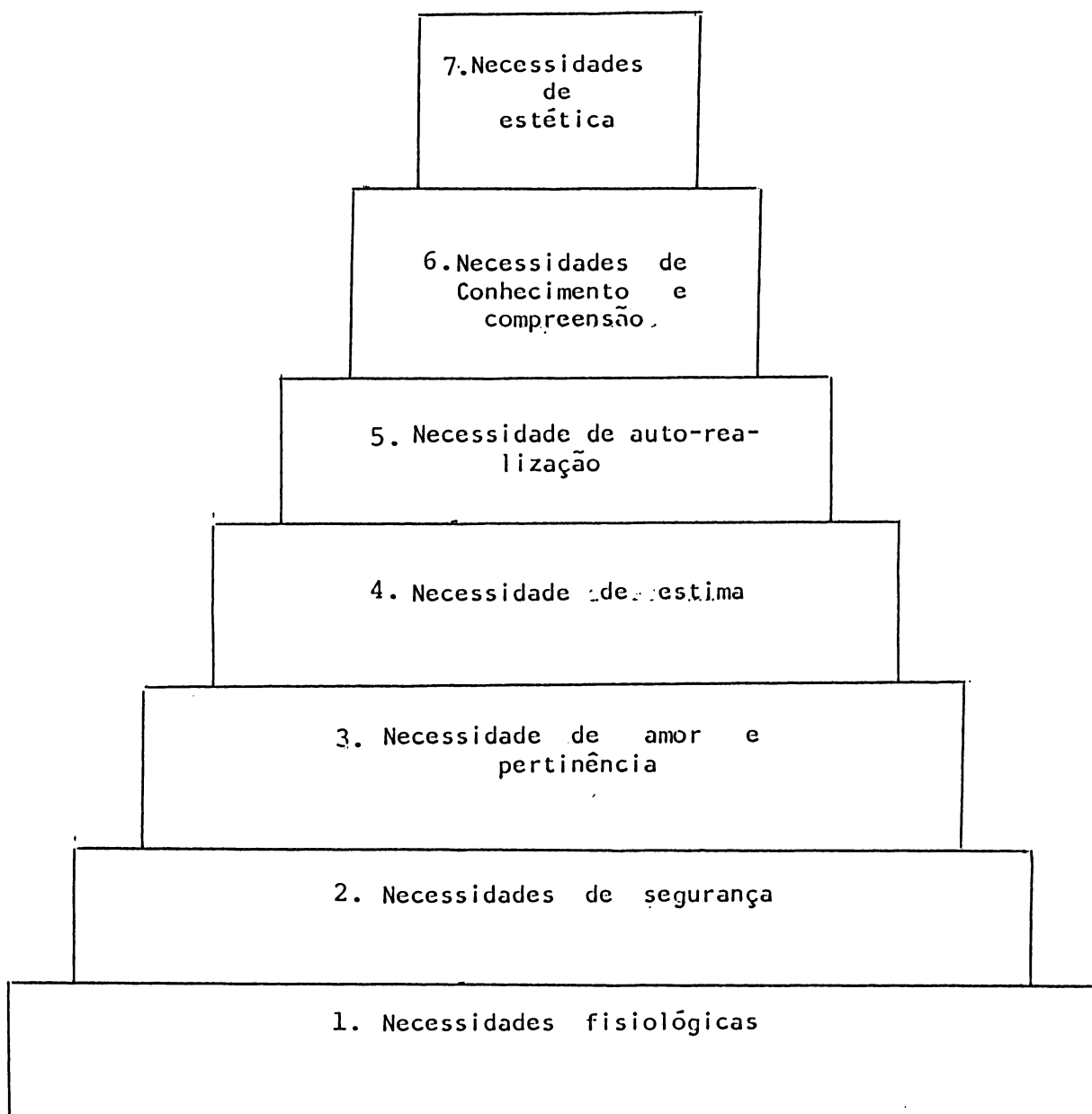
Nota-se que há uma boa parcela de profissionais da educação especial, preocupados com esta questão, mas por outro lado há aqueles que, envolvidos diretamente com a prática escolar, resistem às possibilidades de mudança da ação pedagógica. Para a maioria desses educadores, infelizmente a prática educacional, não se constitui num processo consciente.

Assim sendo, as propostas de renovação da prática pedagógica, se reduzem apenas na reformulação de técnicas de ensino, produzindo assim situações como:

- a falta de clareza para o planejamento das atividades curriculares;
- inadequação do ensino à realidade do educando, não são levadas em consideração;
- a tendência por parte dos educadores, em isolar os educandos que apresentam maior dificuldade para interiorizar estas propostas.

Um autor importante para respaldar uma reflexão sobre as necessidades do ser humano é A. MASLOW com sua Hierarquia de Necessidades, exposta abaixo.

HIERARQUIA E PREPOTÊNCIA DE NECESSIDADES



FONTE: MASLOW (1970).

1 . Motivação superior do homem satisfação das necessidades fisiológicas como oxigênio, líquido, alimento e descanso.

O indivíduo se comporta como um animal inferior.

2 . Observada como sendo um mobilizador ativo e dominante dos recursos do organismo em emergência - guerra, doenças, danos, catástrofes natural e coisas semelhantes.

3 . Necessidade de amor - desejo das relações afetivas das pessoas em geral e de pertencer a um grupo, dada a todos, seres humanos mentalmente sadios. Fome contínua do contacto social, intimidade e pertinência.

4 . Busca do reconhecimento como uma pessoa de valor é acompanhada pelo sentimento de confiança, valor, força e unidade.

Falta desta produz - sentimentos de inferioridade, fraqueza ou desamparado.

5 . Necessidade de se tornar na realidade o que ele é potencialmente: nos adultos a formação profissional - como professor, dona de casa, atleta.

Os jovens não adquirem identidade, sistema de valores próprios, relação de amor pós-românticos, uma carreira satisfatória.

6 . A curiosidade, a exploração e o desejo de adquirir mais conhecimento. O indivíduo tem vontade de sistematizar, organizar, analisar e procurar relações.

7 . Necessidade Inferida a partir da busca de uma pessoa pela beleza e repugnância pela feiura.

Necessidade de ordem, simetria, fechamento, complemento do ato, sistema e entrega podem ser indiscriminadamente atribuídas tanto as necessidades cognitivas, conativas como neuróticas.

3.2 CONCEITUAÇÃO DE IDEOLOGIA

Entende-se que o conceito de ideologia, constitui condição "*sine qua non*" para a análise e compreensão das questões abordadas neste estudo. Daí, a intenção de se fazer neste capítulo do trabalho, uma reflexão sobre esta categoria a fim de se tentar fornecer subsídio que leve a um possível desvendamento das relações que interligam o discurso pedagógico com o discurso ideológico.

Segundo Antonio Joaquim SEVERINO, o conceito de ideologia é um dos mais ricos instrumentos elaborados pelo pensamento humano, para explicação de seus próprios processos de expressão. A configuração explícita de seu conceito, deu-se na época moderna, cabendo à filosofia marxista, a conquista mais fundamental e significativa neste processo.⁶ A palavra ideologia foi usada no século XVII, por alguns pensadores franceses, mas para eles ela significava apenas "estudos das idéias", idéias⁷ que entendiam formadas pelas impressões sensíveis. O aprimoramento da questão ideológica, foi realizado por MARX, a partir de então abre caminho para uma apreensão do significado ideológico dentro de uma orientação política, uma vez que sua percepção da realidade e suas preocupações eram de natureza político-social. Portanto, para MARX, a ideologia é a forma de representação no plano da consciência, que serve para mascarar a realidade fundamental, que é de natureza econômica, isto é, a classe social dominante oculta seus verdadeiros propósitos, servindo-se para isto da ideologia.⁸

ENGELS entendia ideologia, como um processo consciente, realizado pelo chamado pensador, mas era uma falsa consciência,

pois as verdadeiras forças que impulsionam esse processo permanecem desconhecidas. A ideologia atua num registro de falsa consciência, apoiando-se numa ilusão da consciência subjetiva, que se deixa enganar, uma vez que perdeu seu contato direto com a objetividade. Isto acontece, segundo ENGELS, porque o homem se deixa alimentar por forças enganosas da consciência, situações que o induz a se deixar dominar por aqueles, cujos interesses foram artificialmente traduzidos nessas formas, de consciências constituídas de representações, conceitos e valores, representações estas ilusórias do real.⁹

Já, Max WEBER, embora reconheça o valor da análise marxista, não concorda com alguns pontos. Para ele o processo ideológico, decorre de um processo de racionalização que deforma a realidade, incorporando os elementos mágicos do pensamento, como também pode solidificar as idéias, tornando-as objetivas, consistentes, ou seja, verdadeiras, científicas e aplicáveis à realidade.¹⁰

PARETO entende que os homens sempre ocultam suas verdadeiras intenções, estas muitas vezes são inconscientes, além de reprimidas pelos mais variados meios. Entre esses, destaca-se a "ideologia", ao lado da afirmação, da autoridade e do apoio na tradição.¹¹

Em PARSONS, a ideologia é um sistema de crenças, mantidos pelos membros de uma coletividade, um sistema de idéias que é orientado para a interpretação da natureza empírica da coletividade e da situação em que está colocada, dos processos pelos quais se desenvolve até seus determinados objetivos, para os quais seus membros estão coletivamente assentados e de sua relação com o futuro curso de acontecimentos.¹²

3.3 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE IDEOLOGIA

Nos últimos 50 anos, a discussão sobre a questão ideológica se amplia a outros campos do pensamento e da atividade humana. A partir de então, vários pensadores começam a expandir seus estudos, entre eles RICOUER, que aborda a questão do sentido da ideologia numa perspectiva de sua relação com a ciência. Conclui que entre ciência e ideologia existe uma relação intrínseca, uma vez, que não se pode falar de um lugar não-ideológico, enquanto lugar neutro, nenhuma das teorias constitutivas do universo das ciências humanas é independente de uma dimensão ideológica.

RICOUER apresenta alguns critérios do fenômeno ideológico: em primeiro lugar, ele está ligado à necessidade de que um grupo tem de conferir-se uma imagem de si mesmo. Neste momento a ideologia deixa de ter um caráter mobilizador para ter um caráter justificador (1972, p. 68).

Segundo traço da ideologia é o seu dinamismo ideológico que o grupo que a defende tem razão de ser o que é (1972, p. 68).

Terceiro traço é o seu caráter simplificador e esquemático, ela se transforma um código apto para uma visão de conjunto da história do mundo (1972, p. 69).

Quarto traço é o seu código interpretativo. É a partir dela que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela (1972, p. 70).

Quinto traço é o seu caráter de inércia, só se aceita o novo, mediante o típico.

RICOUER vê nesse traço a base da função de dissimulação da ideologia, decorrente da sedimentação que sofre

ao recusar acompanhar as transformações do tempo.

Estes cinco traços delineiam a função de integração da ideologia, ela tem ainda uma outra função que é a dominação.

RICOUER conclui que "a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social, sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representação, do próprio veículo social".¹³

No Brasil, tem participado do debate contemporâneo sobre ideologia, a pesquisadora e professora de filosofia da USP, Marilena CHAUÍ. Ela caracteriza o discurso ideológico, como um discurso feito de espaços em branco, cheio de lacunas, segundo CHAUÍ, são estas lacunas que mantêm sua unidade e coesão, pois ao não dizer tudo ele se torna coerente e poderoso. E somente através do discurso crítico, que ela chama de antidiscurso da ideologia, poder-se-ia destruir o discurso ideológico.¹⁴

3.4 IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO

Na formação do conceito de ideologia não se vê estabelecer nenhuma relação explícita entre o processo ideológico e o processo educacional. A relação escolar, até o século XIX era mantida como um processo neutro, puramente científico. Assim, o pensamento pedagógico dedicava-se a buscar sua eficácia, sem questionar o seu eventual significado ideológico. Questionamento desta natureza começa a ocorrer recentemente, na medida em que os problemas vão aumentando, alguns educadores vão se dando conta de que, na realidade, a educação é lugar privilegiado de inculcação ideológica. Esta preocupação marca uma nova orientação, tanto para própria análise ideológica

quanto para filosofia da educação, que diante da perda da inocência é levada a rever seus fundamentos e suas diretrizes político-educacionais. A partir de então, estudos como os de GRAMSCI, passam a ser de grande importância para a educação, pois para ele a educação é um instrumento valioso de um grupo social dominante, para o exercício de sua hegemonia, ao desempenhar sua função de direção em relação aos demais grupos sociais. A educação atua conjuntamente com os demais aparelhos de hegemonia, ativados na sociedade civil pelo grupo social dominante, na sistematização e irradiação da concepção do mundo/ideologia, sobretudo, porque ela tem participação concentrada e específica, na preparação dos intelectuais, que são agentes dos aparelhos da hegemonia. GRAMSCI coloca que a educação também pode atuar no sentido de afirmar e constituir a concepção de mundo de um grupo social não-necessariamente hegemônico. Ela também tem um potencial contra-ideológico, apesar de estar articulado prevalentemente à reprodução da ideologia da classe dominante. A educação tem um grande significado estratégico na luta contra a ideologia dominante, na medida em que pode formar os intelectuais de outras classes, habilitando-os a sistematizar organicamente a concepção de mundo dessas classes. Esta realidade educacional, fenômeno político e social que se desdobra no tempo, tem como causas determinantes as efetivas relações sociais mediatizadas pela política educacional inseridas no universo mais amplo da política social como um todo.¹⁴

Na história da educação brasileira, o Estado aparece, a cada momento, como o agente que busca coordenar seu desenvolvimento e sua manifestação, fazendo isto, através de diretrizes legislativas, que são instrumento de intervenção na vida

da sociedade brasileira. Implementa assim sua política educacional, definindo objetivos, estabelecendo normas e estabelecendo recursos naturais para sua avaliação de resultados.

É no emaranhado dessa política educacional como um todo que se pode desvelar a significação ideológica subjacente que afinal preside a todo processo e o explica em última instância. Daí a necessidade do educador ter um adequado equacionamento desta significação ideológica e que possa utilizá-la como instrumento de análise enquanto esclarecimento de sua ação pedagógica.

3.5 A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DA DICOTOMIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A dicotomia entre a teoria e a prática, na Educação Especial, é resultante de um conceito estigmatizado do indivíduo excepcional dentro da sociedade, concepção esta que é reproduzida nos cursos de formação de profissionais que atuarão na educação, e até mesmo nos cursos que preparam os profissionais da Educação Especial.

A inconsciência, por parte dos profissionais da área, da dimensão ideológica desta dicotomia, se reforça pela ausência de espaços para discussão dessa mesma dicotomia, tanto nos currículos de formação do profissional, como nas próprias instituições de Educação Especial.

A dimensão ideológica da dicotomia entre a teoria e a prática na Educação Especial, que se está aqui analisando, refere-se à reprodução dentro das propostas curriculares de formação do educador, e nas Escolas Especiais de uma concepção de

indivíduo excepcional como sujeito inoperante, concepção essa típica de uma sociedade competitiva, consumista e desumanizada. É esta concepção estigmatizante de indivíduo excepcional, que tem quer ser discutida, desmistificada, buscando-se o resgate desta pessoa como um cidadão com possibilidades, ainda que em alguns casos, limitadas por sua condição de deficiência ou patologia, de inserção na vida em sociedade.

A problemática que envolve a dicotomia entre a teoria e a prática, é uma questão que permeia toda a educação, no Ensino Especial, ela torna-se ainda mais agravante, dada a forma de organização de sua equipe, isto é, a área conta com profissionais de diferentes formações, esse aspecto poderia ser de grande relevância, caso os trabalhos realizados pelas equipes fossem encaminhados, visando objetivos comuns, que contribuíssem para uma melhora no trabalho profissional e institucional. No entanto, as dificuldades que as equipes encontram no processo de organização e interação do grupo, acabam por não completarem o trabalho e também prejudicam o desempenho de seu papel numa dimensão desejada. É comum observar, nas Escolas Especiais, que as equipes multidisciplinares se organizam mais em função das exigências de convênios e das disponibilidades financeiras das instituições do que de suas próprias.

Isso faz com que seus objetivos, não sejam estabelecidos com base nas necessidades da clientela, levando a um desmonte da filosofia de trabalho, que deve ser comum a toda equipe. Uma vez, que a educação é fruto e agente da vida social e política, o profissional deve ser educado para ter consciência de que é membro da sociedade em que está envolvido e não um sujeito solto, num sentido de sua existência. A eficácia de sua ação está

ligada ao sentido da existência de uma coletividade concreta. Aí, se faz a necessidade de uma nova consciência social do profissional da educação a ser gestada mediante uma formação política. Ele não poderá realizar sua tarefa e dar sua contribuição, se seu projeto de trabalho não estiver lastreado numa visão de totalidade humana. O desvendamento das relações que interligam o discurso pedagógico com o discurso político se constitui numa questão fundamental para o ensino, pois é a partir dele que o profissional poderá fazer uma opção consciente de trabalho.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. 6.ed. São Paulo : Cortez, 1987. p. 52.

²SAVIANI, Demerval. As teorias da educação. In: Escola e democracia. 7.ed. São Paulo : Cortez, 1985. p. 7-39.

³RODRIGUES, p. 65.

⁴PILLETTI, Claudio ; PILLETTI, Nelson. Filosofia e história da educação. 6.ed. São Paulo : Ática, 1988. p. 250.

⁵KLAUS MEIER, Herbert J. & GOODWIN, Willian. Manual de psicologia educacional. São Paulo : MARBRA, 1977. p. 260-264.

⁶SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo : EPE, 1986. p. 5-8.

⁷SEVERINO, p. 6.

⁸SEVERINO, p. 8.

⁹MARX, Karl ; ENGELS, F. A ideologia alemã. Lisboa : Presença, 1969. p. 77-106.

¹⁰WEBER, Marx. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro : Zahar, 1963. p. 65-73.

¹¹PARETO, Vilfredo. Manual de economia politique. Paris : V. Giard & E. Briere, 1909. p. 302-456.

¹²PARSONS, Talcott (org.). A sociologia americana: perspectivas, problemas, métodos. São Paulo : Cultrix, 1970. p. 350-365.

¹³CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: o discurso e outras falas. São Paulo : Moderna, 1980. p. 24-40.

¹⁴GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966. p. 16.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As conclusões deste trabalho reportam-se ao problema que foi alvo de sua investigação, ou seja:

- A dicotomia existente entre teoria e prática deve-se ao fato do desconhecimento ou da pouca clareza que o educador tem sobre os aspectos teóricos que fundamentam a ação educacional. Tal dicotomia reside principalmente na intenção que a classe dominante tem em conservar a escola, como reprodutora de seus interesses, pois, ao mesmo tempo que a instituição efetiva a consolidação ideológica, garante a hegemonia desta classe. Esta ruptura teórica e prática produz uma inadequação no ensino, o que prejudica substancialmente o pleno desenvolvimento do educando.
- Na educação especial, a dicotomia entre teoria e prática, torna-se mais evidente dada, a forma de organização da equipe profissional, constituída de elementos com formações acadêmicas diferenciadas.

A partir desta análise, o presente estudo a seguir apresenta as seguintes recomendações:

- Os conteúdos, métodos e recursos devem estar em consonância com a realidade dos educandos, bem como respaldados por confiáveis estudos científicos na área.

- Os métodos empregados devem facilitar a convivência social promovendo a cooperação e solidariedade entre educandos e educadores. O corpo multidisciplinar deve passar por ampla discussão sobre a filosofia educacional como norteadora da ação pedagógica.
- Ao valor docente da área de Educação Especial, requer que se proceda a reflexões sobre a necessidade da renovação da prática pedagógica, voltada para a importância da formação de indivíduos críticos e participativos.
- Os cursos de formação dos profissionais da área de Educação Especial, bem como as instituições especializadas no atendimento na área, necessitam criar espaços para a discussão sobre a concepção da sociedade sobre o indivíduo excepcional.
- Necessidade que outros pesquisadores abracem este estudo, dada a relevância do tema e que o mesmo não foi exaurido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CONSTITUIÇÃO: República Federativa do Brasil. Brasília : Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
2. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia; o discurso e outras falas. São Paulo : Moderna, 1980. p.15-30.
3. GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966. 341 p.
4. JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo : Cortez, 1985. 123 p.
5. KIRK, Samuel A. ; GALLACHER, James J. Educação da criança excepcional. São Paulo : Martins Fontes, 1987. 503 p.
6. KLAUS-MEIER, Herbert J. ; GOODWIN, Willian. Manual de psicologia educacional. São Paulo : MARBRA, 1977. 260 p.
7. LEVIN, Henry M. Educação e desigualdade no Brasil: uma visão geral. Petrópolis : Vozes, 1984.
8. LÜCK, Heloisa ; CARNEIRO, Dorothy Gomes. A problemática do relacionamento interpessoal do educando. Curitiba : Secretaria de Estado de Educação, 1982. 47 p.
9. MARX, Karl ; ENGELS, F. A ideologia alemã. Lisboa : Presença, s.d. 2 v.
10. MAZZOTA, Marcos José da Silva. Fundamentos da educação especial. São Paulo : Pioneira, 1980. 137 p.
11. PARETO, Vilfredo. Manuel d'economia politique. Paris : V. Giard & E. Brierre, 1909. p. 302-456.
12. PARSONS, Talcott (org.). A sociologia americana: perspectivas, problemas, métodos. Sao Paulo : Cultrix, 1970. 383 p.

13. PILLETTI, Cláudio ; PILLETTI, Nelson. Filosofia e história da educação. 6.ed. São Paulo : Ática, 1988. 264 p.
14. RICOUER, Paul. Interpretação e ideologia. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1977. 473 p.
15. RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na escola. 6.ed. São Paulo : Cortez, 1987. 120 p.
17. SALAMON, Décio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte : Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais, 1971. 442 p.
18. SAVIANI, Dermerval. Escola e democracia. 8.ed. São Paulo : Cortez, 1985. 96 p.
19. _____. Escola e democracia: para além da curvatura da vara. Ande, v. 2, n. 3, 1982.
20. SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo : EPU, 1986. 106 p.
21. WEBER, Marx. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro : Zahar, 1963. 529 p.